

Adiada liberação de empréstimo ao Brasil

14 MAR 1991

Governo dos EUA pede ao BID que segure crédito de US\$ 455 milhões

PAULO SOTERO
Correspondente

WASHINGTON — A pedido dos Estados Unidos, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) adiou ontem por uma semana a votação de dois empréstimos para o Brasil, num total de US\$ 455 milhões. A iniciativa, provocada pela demora de um acordo entre o governo Collor e os bancos privados sobre os juros atrasados da dívida externa, foi duramente criticada pelo representante do Brasil no BID, Pedro Malan. O diretor brasileiro disse que, ao acolher o pedido americano, a administração do BID aceitara considerações políticas estranhas ao processo de aprovação de empréstimos da instituição. Os representantes dos países latino-americanos na diretoria do BID apoiaram a posição brasileira. Os diretores dos países industrializados ficaram em silêncio.

O episódio não terá maiores consequências se o governo e os bancos credores chegarem a um entendimento sobre os atrasados nos próximos dias. A ameaça de confrontação na diretoria do BID pode até empurrar os bancos mais rapidamente para um acordo. As negociações estão avançadas e fontes oficiais e bancárias não excluem a possibilidade de o negócio ser fechado rapidamente. Neste caso, os dois empréstimos voltarão à discussão na reunião regular da diretoria do BID, quarta-feira, e serão aprovados.

A reação do diretor brasileiro indica, porém, a possibilidade de o governo pagar para ver e adiar um acordo em Nova York para demonstrar que não se submete ao tipo de pressão escolhido por Washington. A iniciativa americana, neste caso, acabaria dando resultado oposto ao pretendido. Em lugar de apressar, acabaria retardando o

entendimento com os bancos. Se por esta ou outra razão o governo e os bancos não fecharem o acordo sobre os juros até terça-feira e os EUA mantiverem sua posição, o adiamento da votação dos dois empréstimos do BID ao Brasil será automaticamente ampliado para dois meses. Os créditos destinam-se ao financiamento de um plano de saneamento urbano do Ministério da Ação Social (US\$ 350 milhões) e do programa de Ciência e Tecnologia (US\$ 105 milhões).

Em qualquer hipótese, a decisão do Departamento do Tesouro de barrar os dois empréstimos do BID no momento em que o governo e os bancos caminham celeremente para um acordo expõe mais uma vez a extraordinária má vontade política com que o governo brasileiro é tratado hoje em Washington por ter ignorado os repetidos apelos que recebeu da administração Bush, no ano passado, para buscar um entendimento rápido na questão da dívida.

William R. Rhodes, o executivo do Citicorp que supervisiona o comitê de bancos credores, disse ao **Financial Times**, de Londres, que um acordo sobre os atrasados agora é possível. Contudo, outras fontes do comitê indicaram ontem ao **Estado** que o acordo não é iminente. De acordo com um alto funcionário brasileiro que acompanha de perto as negociações, o Brasil melhorou sua oferta de pagamento de juros atrasados de US\$ 1,5 bilhão para US\$ 1,6 bilhão, respondendo a um movimento semelhante dos bancos, que haviam diminuído sua demanda inicial de US\$ 2,4 bilhões para 2,3 bilhões.

Os bancos americanos têm interesse em chegar rapidamente a um entendimento para evitar uma nova reclassificação de seus ativos brasileiros, que está para ser decidida pelas autoridades financeiras de Washington. Mas um deles, o Chase Manhattan, tem resistido a fazer concessões ao Brasil. Os credores japoneses e alemães também têm mantido posições duras nas negociações.